

## Estudantes terroristas, uma construção da Ditadura Civil-Militar brasileira de 1964.

**Terrorist students, a construction of the Brazilian Civil-Military Dictatorship of 1964.**

Alison Trevisani FLAUSINO<sup>1</sup>

David Fideles de ALMEIDA<sup>2</sup>

Fideo Misokami JUNIOR<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a Ditadura Civil-Militar de 1964, com foco nas lutas do movimento estudantil e nas narrativas militares. Utilizamos a fonte iconográfica da “Palestra de Antônio Carlos da Silva Muricy sobre Estudantes e Terrorismo” para identificar estudantes “subversivos.” A metodologia da Palestra contou com quadros e questionários respondidos por 44 estudantes, presos pelo regime. A palestra abordou temas como nacionalismo, anticomunismo e repressão. A pesquisa analisa o discurso militar sobre estudantes na década de 1970, que legitimou a perseguição e o controle social, influenciando a sociedade no pós-golpe de 1964. O objetivo deste trabalho acadêmico é, portanto, instigar a reflexão sobre a formulação desta ideologia autoritária que criminalizou e rotulou o estudante como “terrorista” no período da Ditadura Civil-Militar.

**Palavras-chave:** Ditadura; Autoritarismo; Estudante; Repressão.

**Abstract:** This article analyzes the Civil-Military Dictatorship of 1964, focusing on the struggles of the student movement and military narratives. We used the iconographic source of “Antônio Carlos da Silva Muricy's Lecture on Students and Terrorism” to identify “subversive” students. The Lecture's methodology included tables and questionnaires answered by 44 students, imprisoned by the regime. anti-communism and repression. The research analyzes the military discourse on students in the 1970s, which legitimized persecution and social control, influencing society in the post-1964 coup. The objective of this academic work is, therefore, to instigate reflection on the formulation of this authoritarian ideology that criminalized and labeled the student as “terrorist” during the Civil-Military Dictatorship period.

**Keywords:** Dictatorship; Authoritarianism; Student; Repression.

### Introdução

Contrastar os embates que aconteceram entre os governos militares, instituições universitárias e movimentos estudantis pode ser um caminho fértil para elucidar ambivalências e resquícios de um período que, ainda hoje, continua a ser palco de disputas e controvérsias. O autoritarismo de 1964 a 1983 impactou a formação dos estudantes do período. A democratização foi um desafio para além da representatividade política e substancial, havendo desigualdade e desequilíbrio de poder e de aquisição entre as classes sociais.

---

<sup>1</sup> Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

<sup>2</sup> Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

<sup>3</sup> Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também, e sobretudo, através da extensão da democratização – entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo – a corpos diferentes daqueles propriamente políticos. Em termos sintéticos, pode-se dizer que, se hoje se deve falar de um desenvolvimento da democracia. [...] (Bobbio, 1986, p. 155).

Destacando um trecho da obra do filósofo italiano Norberto Bobbio, fundamentamos algumas reflexões sobre o golpe Civil-Militar em um plano maior e a ação que os dirigentes militares e seus apoiadores tiveram sobre as instituições universitárias. O regime político iniciado com um golpe em 31 de março de 1964 buscou capturar e cooptar diferentes espaços e frentes que poderiam, segundo a sua visão e parâmetro, pôr em risco o capitalismo liberal. As entidades e agremiações estudantis deveriam seguir à risca o modelo imposto pelos dirigentes militares, rigorosamente criado para unificar e, de certa forma, personificar um ideal de cidadão; os símbolos associados à nação foram reiterados e ampliados durante todo o período.

Dispositivos legais foram elaborados para fortalecer as medidas repressivas, do mesmo modo foram criados, respaldos jurídicos e sociais. Um exemplo desses dispositivos é a Lei Suplicy de Lacerda, criada durante o primeiro ano do golpe, promulgada pelo então presidente Castelo Branco; outro exemplo é o Ato Institucional nº 5, promulgado no governo do sucessor de Castelo Branco, Artur da Costa e Silva.

### **As fontes**

A palestra que serve de fonte para a presente pesquisa foi proferida por Antônio Carlos da Silva Muricy, General Maior do Exército. Utilizamos também uma biografia publicada no site Diretório Brasil de Arquivos, sobre o referido General.

O General Muricy foi um militar importante durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Nascido em 1915, ele teve destaque no Exército Brasileiro. Em 1968, Muricy foi designado comandante da 2ª Região Militar, com sede em São Paulo. Esse período foi crucial durante a Ditadura Civil-Militar, e sua atuação foi marcada pela repressão a movimentos de oposição ao regime, destacando-se na implementação das políticas de controle e combate aos grupos de resistência. Muricy continuou atuante na esfera militar e política após se aposentar. Ele faleceu em 2006, deixando um legado relacionado às políticas repressivas da ditadura. O foco da perseguição e repressão estudantil frequentemente envolvia instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os estudantes foram um dos principais

alvos de repressão, especialmente em universidades que eram centros de ativismo político e resistência ao regime.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) houve casos de violência e de fortes repressões aos estudantes. Embora Muricy não estivesse diretamente responsável por eventos no Rio de Janeiro, a estrutura de repressão era coordenada de forma centralizada. O General Muricy, especificamente, estava mais diretamente envolvido com a repressão em São Paulo e na 2ª Região Militar. A ação repressiva aos estudantes ocorreu principalmente durante os anos de 1964 e 1970, quando o regime militar intensificou suas ações contra qualquer forma de oposição. Os métodos usados foram a prisão de líderes estudantis, a censura de atividades políticas e culturais, e até mesmo a tortura e desaparecimentos.

Em 1968, o governo militar desencadeou uma repressão severa contra os movimentos estudantis, especialmente após o AI-5 (Ato Institucional n.º 5), que suspendeu garantias constitucionais e ampliou os poderes repressivos do regime. Registrou-se também a invasão do restaurante universitário do Rio de Janeiro “Calabouço”, que culminou na morte de Edson Luiz, estudante que se manifestava em prol de melhorias do restaurante e que se tornou um símbolo de resistência ao regime autoritário para o movimento estudantil em várias regiões do país:

Em 28 de março de 1968, um grupo discutia os preparativos de mais um ato contra as condições do Calabouço quando policiais invadiram o local para abortar o protesto. Os jovens reagiram com paus, pedras e bandejas. Na batalha, um estudante perdeu a vida na hora, com um tiro à queima-roupa no coração — Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que deixara Belém para cursar o supletivo no Rio. Era o primeiro “morto público” da ditadura. A repercussão no Senado foi imediata. (Senado Federal, 2024)

As universidades foram locais de intensa vigilância e intervenção militar. Cada região tinha sua própria célula de repressões, incluindo Comandantes Regionais e forças locais. Em cada região, diferentes comandantes e autoridades locais, como o General Muricy em São Paulo, estavam envolvidos na repressão. Correlacionando com a apresentação de quem foi o General Antônio Carlos da Silva Muricy, a seleção das figuras 1 e 2 do acervo deste mesmo, remonta a motivação pela qual o General buscou perpetrar sua ideologia contra os estudantes, enquadrando-os, como “terroristas” e “subversivos”, iniciando assim sua apresentação, de conotação anticomunista.

Das perguntas que ele formulou para que os estudantes interrogados respondessem já deixa claras as intenções de análise. Na palestra, pelo que indica, havia pessoas ligadas às forças armadas e pessoas ligadas ao setor educacional, tendo a hipótese de que esta palestra foi realizada em uma universidade, no Rio de Janeiro, servindo de “manual” para identificar

estudantes “subversivos”, não concordantes com a política educacional elaborada. Contando com uma complexidade de formação desta palestra, o General Antônio Carlos da Silva Muricy é o principal palestrante:

**Quadro 1)** Situação da Família: pais separados 6; carência de afeto na família 4; problemas na família 3; família normal 1 e não responderam 30.

**Quadro 2)** Ocasão que ingressou na subversão: após a formatura 2; na faculdade 24; na entrada da faculdade 6; durante o ciclo secundário 9; após o curso secundário 2 e não responderam 1

**Quadro 3)** Formas por que foram aliciados: por envolvimento progressivo 26; por ligações pessoais com elementos de esquerda 4; por estudos e reflexões pessoais 8; por necessidade de prestígio 1; induzidos por colegas 1 e não responderam 4.

**Quadro 4)** O que pensam em fazer após a liberação: voltar a faculdade 3; voltar à vida normal 14; retornar a família (moças) 2; não vê como possível sua reintegração 2; ir para fora do país 1; continuar a luta revolucionária 3 e não responderam 19.

O quadro 2 expressa abertamente o ideal ao qual forjaram o questionário respondido pelos 44 estudantes aliciados no governo militar, pelo que se indica, no ano de 1970. Ambas as perguntas dizem respeito ao grau de escolaridade e o circuito da educação, como faculdade, ciclo secundário e outros. Nesse sentido, afirmamos que a Palestra foi estruturada para servir como base de investigação, e, talvez, sustentação dos pilares que os governantes do regime autoritário visavam levantar. No quadro 3, o motivo de captura destes estudantes estava justamente voltado aos “materiais suspeitos”, incluindo livros e anotações pessoais dos envolvidos. A relação de estudantes e o envolvimento, de alguma forma, com movimentos de esquerda também foi motivo de suas prisões. Não tardaria para que este pensamento autoritário sobre estudantes servisse como sustentação do regime militar, que nos anos de 1970 cunhavam estar “reabrindo” o governo para a volta da redemocratização, momento que não se concretizou.

Estas fontes históricas e bibliográficas foram de crucial importância, uma vez que a indagação e problematização acerca da caracterização dos estudantes, sobretudo, universitários, durante o regime militar de 1964, foi intensificada sobre narrativas de dirigentes autoritários enquanto o governo aprimorava a sua rede de opressão, perseguição e controle social, com o presidente militar Emílio Garrastazu Médici em 1970.

Na referida palestra, o General não identifica o nome dos estudantes que foram forçados a fazer parte da pesquisa. No entanto, encontramos, para o mesmo período, 44 estudantes

presos e membros da ALN. Uma hipótese historiográfica sobre a identidade destes estudantes presos se encontra, portanto, na obra de Elio Gaspari, cuja descrição da apreensão de 44 militantes da ALN correspondem, em certa medida, com a Palestra do General Muricy. Houve intensos conflitos entre a Ação Libertadora Nacional e o regime militar entre os anos de 1970 e 1972:

Essas cinco ações foram organizadas por quatro grupos, e delas participaram 46 militantes. Um levantamento do destino de 44 deles mostra que no final de junho de 1970, menos de um ano depois do sequestro de Elbrick, seis estavam mortos, 21 presos e dez haviam deixado o país. Dos sete restantes, dois morreriam e um seria capturado antes do final de 1970. Sobravam quatro. Dois estavam desconectados das organizações e outro exilou-se em 1971. Vivo e atuante, só um, que seguira para Cuba. Retornou ao Brasil e foi assassinado em 1972 (Gaspari, 2002, p. 162).

Uma forma de resistência contra a ditadura militar foi a criação da Ação Libertadora Nacional (ALN), que dispunha de militantes que faziam ações diretas e foi fortemente associado ao terrorismo, pois estas ações atingiam setores de interesse dos militares, como o sequestro do embaixador norte Americano Elbrick, na cidade do Rio de Janeiro pela luta armada, em troca de presos políticos do regime autoritário em 1969. Frequentemente esta organização contava com estudantes universitários que aderiam ao movimento de resistência e a luta armada. Sobre a palestra em questão, foi noticiado na imprensa pelo jornal “O Correio da Manhã”, no dia 12 de novembro de 1971, Rio de Janeiro na página 3 com o título “Muricy exorta mestres e pais a armar os jovens”. Este mesmo traz o depoimento do General Muricy:

O presidente da Adesg, que abordou o tema “O Estudante e o Terrorismo”, esclareceu que “a base do nosso trabalho deve ser: dar ao jovem um solida estrutura moral, moral baseada nos ensinamentos de filosofia democrática e cristã, advinda pelo exemplo do lar, pela virtude dos que o cercam, pela firmeza de caráter que dele se exige, pelos ensinamentos sadios e verdadeiramente democráticos que lhe são dados na escola [...] (Biblioteca Nacional, 1971).

Apresentado a discussão acerca da palestra do General Muricy, a contestação acerca de seu conteúdo e objetivo, traçamos uma possível interpretação do fato ocorrido com a bibliografia do autor Elio Gaspari, ao qual menciona a apreensão de 44 militantes no mesmo período da confecção desta palestra, em 1970 e 1971. E a fim de complementação, notamos a circulação na imprensa do envolvido General Muricy, que está associado à Escola Superior de Guerra. As ambivalências, para tanto, complementam-se no que iremos buscar expor, a criação de um plano nacional, desenvolvimentista e econômico com a modernização dos polos de

ensino superior, combatendo para além do discurso, os opositores e estudantes que, de alguma forma, tentam resistir às normas impostas pelo autoritarismo e estudantes que estavam buscando organização do movimento estudantil como forma de luta e identidade estudantil. Demonstradas as fontes, voltemos ao contexto.

### **Plano militar acerca do estudante a ser combatido, contextualização do autoritarismo**

[...] As nossas sociedades parecem não compreender que se possa viver senão sob o regime de lei, elaborada por um governo representativo e acoplada por um grupo de governantes; e mesmo quando chegar a emancipar-se desse jugo, o seu primeiro cuidado é retomá-lo imediatamente. “O ano I da liberdade” nunca durou mais que um dia porque, depois de a terem proclamado, todos no dia seguinte se submetem ao jugo da lei, da autoridade (Kropotkin, 1987, p. 69).

Assim como enfatizou a colocação anterior, manter atualizada a legislação brasileira sempre foi preocupação dos militares no poder, haja vista os atos institucionais e as leis de educação promulgadas no período, o autoritarismo atuou, portanto, no fechamento político e na criação destas legislações, para se manterem no poder político e na estrutura Militar.

João Goulart, vice de Jânio Quadros, prometia políticas sociais, como, projeto de “Reforma de Bases” antes de 1964, apoiado por grupos políticos progressistas e socialistas. No entanto, Goulart, seguindo a linha trabalhista perpetrada no governo de Vargas, não era comunista. Travava-se de um embate político entre alas progressistas contra alas mais à direita. Não tardou para haver reação conservadora da direita contra os projetos políticos de Goulart no ano de 1963.

O ensino superior, sob intenso fogo cruzado, virou palco de disputa entre ideias progressistas e conservadores, resultando em uma grande batalha ideológica e política dentro dessas instituições:

Nesse quadro, era forte a sensação de que as universidades precisavam ser transformadas, embora os projetos político-ideológicos em disputa divergissem sobre os rumos a adotar. De modo simplificado, esquerda e direita convergiam no diagnóstico de que era necessário modernizar e produzir mais conhecimento, porém, os primeiros desejavam também situar as universidades ao lado das causas socialistas. Esse era o tom dos debates sobre reforma universitária organizados, antes de 1964, por lideranças estudantis e pela União Nacional de Estudantes (UNE), que almejavam também mudar a estrutura de poder dentro das instituições de ensino. A demanda por reforma universitária foi incorporada às “reformas de base” anunciadas por João Goulart, cujos planos incipientes para o ensino superior não tiveram oportunidade de se concretizar (Motta, 2014, p. 9).

O Comunismo transformou-se no inimigo interno a ser combatido. Espaços de poder começaram a ser reivindicados, sobremaneira as instituições universitárias. O “perigo vermelho” foi estampado política e ideologicamente como argumento central para que um golpe pudesse ser desferido contra diversos personagens e instituições importantes. O general Antônio Carlos da Silva Muricy serviu como interlocutor privilegiado na identificação de estudantes universitários enquanto potenciais perigos à segurança nacional. Gradualmente, as mãos do comando político recém-ascendido ao poder planejaram enquadrar as universidades dentro dos seus planos de pequeno, médio e longo prazo.

O golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista. Parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias. Também à direita aceitava-se o argumento reformista de que as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos. A unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em virtude do aumento das taxas de urbanização e do crescimento demográfico nos anos 1950-60 (Motta, 2014, p. 9).

Um dos historiadores mais versados sobre o período do golpe militar é Rodrigo Pato Sá Motta. O autor serviu como nosso guia de entendimento sobre a ação específica que a universidade (como instituição) sofreu durante o período ditatorial. Referenciado acima, reforçado neste momento, uma das correntes ideológicas essencialistas para o desenvolvimento e sustentação do golpe foi o medo da ameaça comunista. Logo, houve disputas do controle dos polos de ensino superior pelos conservadores contra progressistas:

Entre os adversários das esquerdas, sobretudo nos grupos influenciados por argumentos liberais, circulavam também teses reformistas. Entretanto, ao contrário da perspectiva socialista e revolucionária, eles queriam mudar o ensino superior para torná-lo mais eficiente e produtivo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento econômico e de modernização da máquina pública. Conferia-se ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, e privilegiava-se o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da pesquisa voltada para a ciência pura. Para essa vertente, as universidades não precisavam ser públicas e tampouco gratuitas. Ao contrário, questionava-se o estatuto da gratuidade do ensino e defendia-se a cobrança de taxas dos estudantes que pudessem pagar (Motta, 2014, p. 9).

Patrocinado pelos Estados Unidos, prometendo trazer modernização ao Estado brasileiro, se agravou o combate contra a esquerda brasileira. Destituíram o então presidente

João Goulart e iniciaram o plano de tomada por um golpe que encerrou as eleições daquele ano, tendo Humberto de Alencar Castelo Branco como primeiro presidente militar em exercício. Colocadas as peças em jogo, os vitoriosos buscaram construir a sua própria jornada de heróis e protetores da nação, enquanto os derrotados foram frustrados em seu suposto plano de instaurar uma “ditadura comunista” no Brasil (Motta, 2014, p. 11).

Todas as ações perpetradas pelo conjunto daqueles que, em alguma medida, detiveram o poder durante o regime militar, analisando suas ações em conjunto, tiveram um fundo conservador e autoritário, tendo a ação repressiva como ferramenta para a conquista de seus objetivos. Os “vitoriosos” logo direcionaram as suas forças para a conquista das universidades. Nos primeiros dias após o golpe, houve um plano que ficou conhecido como “Operação Limpeza”, que teve como objetivo principal expurgar qualquer indivíduo que demonstrasse inclinações ideológicas socialistas e comunistas e carregassem algum material considerado subversivo, como livros, bibliotecas pessoais, músicas, panfletos, entre outras coisas. Plano incentivado, inclusive, através de um acordo internacional entre Estados Unidos e Brasil. Esmiuçada entre os ministros da educação da nova ordem, o regime político militar<sup>4</sup>.

Houve, neste cenário, a corrida para a criação de um Plano nacional para as universidades. Agentes políticos foram escalados e as Forças Armadas uniram-se ao governativo, judiciário, executivo e legislativo mais adiante no período do regime e do Estado autoritário. A onda de expurgo refere-se à perseguição sobre as pessoas que demonstrassem um perfil do “ser combatido”. Nas universidades isso gerou expulsão de estudantes, professores e diretores. Até esse momento a universidade contava com cargos de cátedra, ou seja, uma cadeira permanente na direção e administração da universidade.

Percebendo a mudança no clima político, alguns professores começaram a retornar do exterior para reassumir os cargos dos quais haviam se licenciado, como Fernando Henrique Cardoso (USP), Sylvio Vasconcelos (UFMG), ou José Leite Lopes (UFRJ). Alguns jamais retornaram, pois construíram nova carreira no exterior (como Thomas Maack), e houve casos de morte no exílio. Entre os que ficaram no Brasil, houve quem saiu de sua cidade de origem para recomençar carreira em outros centros. Entretanto, abandonar o estado de origem nem sempre significava deixar para trás os problemas com a polícia política, cujos organismos, cada vez mais sofisticados, criaram meios de recolher informações em qualquer parte. Depois de 1968, com o início de nova onda repressiva, certas histórias antigas seriam “recuperadas” pelos órgãos de informação, de modo que professores que trocaram Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou Pernambuco por Rio de Janeiro ou São Paulo foram chamados a prestar contas por atos ou ideias manifestados anteriormente em seus estados de origem. (Motta, 2014, p. 61).

De acordo com Rodrigo Patto de Sá Motta, os políticos do novo regime não sabiam como prosseguir com o governo instalado, para tanto houve alguns planejamentos para incorporar o governo dos golpistas. Foi feito o plano “operação limpeza” para confrontar seus opositores do campo político; Castelo Branco intitulou as primeiras medidas dos agentes de investigações, e a polícia política para “expurgar” os intelectuais e simpatizantes do socialismo, também aqueles vistos como “suspeitos” e de ideologias comunistas. Foi aberto já no início os inquéritos policiais militares (IPMs) e as intervenções nos institutos universitários, criando mais perseguição contra estudantes e professores que demonstravam adeptos a algum socialismo e não fosse a favor do novo regime militar; A reforma universitária ainda não tinha sido feita pelo regime político militar e os institutos universitários ainda eram bem tradicionalistas, com cursos bem elitistas e com poucas vagas.

Os reformistas e conservadores buscavam a ampliação de vagas e lutavam para o ensino superior não ser gratuito. Sobre as ofertas de vagas, nos anos de 1964, 1965 e 1966, o movimento estudantil pautou a gratuidade do curso superior, abertura do período noturno e mais cursos de humanidades nas universidades. Sobre o mote de “modernização”, os políticos criaram um plano de reforma universitária que substituiu aos poucos as vagas de cátedras e passou a ser gerida por departamentos. O movimento estudantil pressionava para a ampliação de vagas e aberturas de mais cursos das ciências humanas aproveitando essa área do saber para reflexões e buscando um significado de ação social vinda dos estudos dessas ciências humanas no ano de 1968. Os novos donos do poder político tinham a reforma como sendo inspiradas pelos acordos entre os Estados Unidos e o MEC pela via do ministro Tarso Dutra no governo de Costa e Silva em 1966. Foi em 1968, sob pressão que o movimento estudantil levou maiores embates contra o autoritarismo:

Apesar dos esforços do governo para aquietar os estudantes, fosse pela via repressiva, fosse com ações “integradoras”, a rebeldia explodiu em 1967-68. No primeiro ano, o tema principal dos movimentos era a denúncia da desnacionalização da educação implicada nos acordos MEC-Usaid. Desde 1966, ataques contra o imperialismo na educação já estavam na pauta das manifestações estudantis, cujos alvos iniciais foram o Relatório Acton e o Projeto Camelot. Mas em 1967 a Usaid tornou-se a principal bandeira dos protestos. A propósito, muitas bandeiras norte-americanas foram queimadas em várias cidades brasileiras. Atacando a influência da Usaid e aguçando o tom antiamericano das denúncias, os jovens brasileiros, à sua maneira, ecoavam também os protestos contra a intervenção no Vietnã, tema que mobilizava a atenção do mundo. (Motta, 2014, p. 96).

#### **A Criminalização dos estudantes.**

O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi o fechamento do regime político do estado autoritário. Houve a contestação da ampliação dos agentes autoritários, em 1969, já estabelecido a perseguição contra os “subversivos”, e movimentos de esquerdas, que em 1968 foram para as ruas manifestar-se contra o regime militar. O Estado Autoritário direcionou aos estudantes “subversivos” as suas perseguições e truculências, tendo como exemplo desta ação autoritária o evento da intervenção militar no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), por conta da recorrência da esquerda estudantil.

**Figura 1** - Conjunto Residencial da USP (CRUSP) - “Manifestação estudantil em frente a um dos blocos do CRUSP em 1967”.



Fonte: Memorial da Resistência SP. Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/conjunto-residencial-da-usp-crusp/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

O CRUSP foi construído em 1963 para os Jogos Pan-Americanos, ficou fechado até 1964, quando estudantes o ocupou, levando a USP a gerenciar a nova moradia estudantil. Durante a ditadura, o CRUSP se tornou importante para a organização estudantil, abrigando assembleias, congressos e eventos culturais, o que levou à invasão policial em 1967 e a posterior invasão militar em dezembro de 1968, após o AI-5. Os estudantes foram presos e o CRUSP ficou fechado por 10 anos, reabrindo apenas em 1979 e 1980 com nova ocupação estudantil. Desde então, houve lutas por permanência estudantil e ampliação de vagas.

Professores foram expurgados dos meios universitários, pelos órgãos criados para manter o controle e evitar rebeliões semelhantes à de 1968. Especificamente sobre o ensino moral e cívico (EMC), em setembro de 1969, o AI-5 foi implementado e o decreto nº869 tratou da criação de comissões ligadas aos órgãos e forças militares, que por sua vez estava acoplado nas decisões do Ministério da Educação (MEC). Motta discorre sobre a sua finalidade e a prática

efetiva nas escolas. Tinha especificamente como alvo, o ensino fundamental e médio, para as universidades havia outro planejamento, pouco difundido entre as academias. Essa disciplina de formação superficial para licenciatura foi criada durante o regime militar, visando reprimir a juventude rebelde de 1968. Contou com cartilhas de moralismo e civismo, que expressou as ideologias da direita radical e militar e comissões foram criadas para fiscalizar as universidades.

A implementação do EMC teve recorrência em outras universidades, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, que contou com a participação de líderes políticos da região para a criação do centro cívico no mesmo ano de 1971. Iniciativa do diretor da faculdade, que escreveu um manual didático de EMC (Motta, 2014, p. 188). Em contrapartida, o movimento dos estudantes de História da UFMG foi contra as implementações curriculares de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) na universidade com realização de manifestações, por mais que o diretor fosse condizente a certas implementações, a disciplina não foi implementada, em 1972, ela passou a ser questionada e não teve a efetivação do EPB na faculdade.

A visão jurídica traz grandes informações das pessoas que foram aliciadas, os estudantes. Para buscar um estudo sobre quais sombras os golpistas se camuflaram, dar início ao projeto golpista e a opressão das instituições em aprimoramento, a autora Claudia Maria Gusson afirma a importância dos estudos relacionados a ideologia de segurança nacional, fortemente empregada durante o regime como forma legal e judicial para aliciar divergentes políticos:

O aspecto relevante na obra de Maria Helena Moreira Alves (1984) que interessa a esta pesquisa é a sua concepção de doutrina de segurança nacional e de desenvolvimento, o que ela chama em muitos momentos de ideologia de segurança nacional. A ideologia de segurança nacional tem a função de legitimar o Estado autoritário, que passa a adotar um tipo de desenvolvimento econômico excludente e de concentração de renda. A doutrina de segurança nacional também é o arcabouço para a implantação e manutenção das leis de Segurança Nacional que preconizaram o combate e a repressão de crimes considerados subversivos e de ameaça à segurança nacional. (Gusson, 2008, p. 10).

### **O Comando de Caça ao Comunismo (CCC) e a perseguição aos estudantes universitários**

No entanto, estabeleceremos um contraponto essencial. Inicialmente, algumas palavras são necessárias. Generalizações são elementos recorrentemente usados dentro e fora das ciências humanas e sociais, mas que podem guardar perigos mediante uso indevido. Usamos este trabalho para discorrer sobre um determinado grupo, em um determinado tempo e espaço.

Não significa, no entanto, que este determinado grupo agiu e reagiu da mesma forma. Fazemos desse modo pelas razões acima expostas.

Somos levados a falar sobre aqueles estudantes que, muito pelo contrário, não se opuseram ao golpe civil-militar, mas foram, dentro do mundo acadêmico do período, seus apoiadores e correspondentes. Sim, os militares detiveram o poder político e institucional de forma hegemônica, porém apoiados por diferentes agentes e personagens.

O Comando de Caça aos Comunistas, referenciado pela sua sigla, CCC, é uma evidência de que o golpe de 64 recebeu o apoio de muitas mãos, interessando intelectuais, professores universitários e estudantes, principalmente os matriculados em cursos historicamente elitizados, como medicina e direito. A dissertação de mestrado Danielle Barreto Lima traz o universo pouco explorado de estudantes que planejaram transportar todo o arcabouço discursivo militar para dentro de suas universidades.

A partir da década de sessenta, observando retrospectivamente, movimentos culturais, sociais e políticos, principalmente propagandeados pelas gerações mais jovens, tentaram subverter a ordem vigente em suas sociedades. Boa parte disso pode ser explicado a partir do aumento nas taxas de natalidade, resultando em mais jovens tornando-se adultos e impulsionando o crescimento urbano. (Lima, 2020, p.24).

Pode-se dizer, assim, que a juventude, como objeto histórico, pode ser apontada como elemento dinamizador da sociedade, seja com ideias progressistas ou conservadoras, e que na política, ainda que a juventude possa ter essa representação de “potência”, não pode ser vista como um conjunto uniforme. (Lima, 2020, p. 17).

## **Considerações finais**

Uma última ideia para fecharmos este breve artigo: inverte-se a ordem do que se pode supor em um primeiro momento. O golpe Civil-Militar atacou e reprimiu nacionalmente as instituições universitárias e boa parte das pessoas que nela estavam inseridas, mas, contrariando a generalização comum e pouco fundamentada, essa mesma repressão só pôde ocorrer através do apoio de parte de outros estudantes, professores e mais personagens que habitaram e conviveram nas universidades durante todas as décadas do golpe.

## **Fontes**

Acervo digital do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), fundo: agência nacional – BR RJANRIO EH. **Palestra do General Antônio Carlos da Silva Muricy sobre estudantes e terrorismo**. Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1365942&v\\_aba=2](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1365942&v_aba=2). Acesso em: 04 dez. 2024.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Sobre Antônio Carlos da Silva Murici**. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/murici-antonio-carlos-da-silva>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. Muricy exorta mestres e pais a armar os jovens. Rio de Janeiro, 12 set. 1971. **Correio da Manhã**, p. 3, 1.º caderno. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&pesq=%22Palestra%22%20%22Estudantes%22%20%22terrorismo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26026](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pesq=%22Palestra%22%20%22Estudantes%22%20%22terrorismo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26026). Acesso em: 04 dez. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SP. **Conjunto Residencial da USP (CRUSP)**. Memorial da Resistência SP. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/conjunto-residencial-da-usp-crusp/>. Acesso em: 04 dez. 2024

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). **Palestra do General Antônio Carlos da Silva Muricy sobre estudantes e terrorismo**. Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1365942&v\\_aba=2](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1365942&v_aba=2). Acesso em: 04 dez. 2024.

### Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Correio da Manhã, Muricy exorta mestres e pais a armar os jovens**. Rio de Janeiro, 12 set. 1971. **Correio da Manhã**, p. 3, 1º caderno. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&pesq=%22Palestra%22%20%22Estudantes%22%20%22terrorismo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26026](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pesq=%22Palestra%22%20%22Estudantes%22%20%22terrorismo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26026). Acesso em: 04 dez. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Sobre Antônio Carlos da Silva Murici**. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/murici-antonio-carlos-da-silva>. Acesso em: 04 dez. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUSSON, Claudia Maria. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02102008-155123/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

LIMA, Danielle Barreto. **O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)**. São Paulo, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

KROPOTKIN, Peter Alexeyevich; TRANGTENBERG, Maurício. **Kropotkin: textos escolhidos**. 1987. São Paulo: L&PM Editores S.A., Biblioteca Anarquista.

MOTTA, Rodrigo Patto S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014. 429 p. ISBN 978-85-378-1199-3.

SENADO FEDERAL. Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua. **Senado Notícias**, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-68-senado-reage-a-morte-de-estudante/episodio-no-calabouco-no-rio-inflama-manifestacoes-de-rua>. Acesso em: 04 dez. 2024.

---

<sup>4</sup> Notamos esta presença, do discurso, no período do Vargasismo e as políticas autoritárias de controle, demonstrada na forma da incorporação do Estado, agentes políticos, no cotidiano da população, vistoriando ao mesmo tempo, em que se torna uma figura política e pública, que foi reciclado em 1964. Estes agentes, do governo anterior, se mantiveram atuantes na política e arquitetaram uma “máxima”, para “justificar” o fechamento político e dessem o nome como “revolução de 64”. O populismo é um conceito que aborda a coordenação política com vigilância, focando nos problemas sociais para justificar medidas que se afastam de suas moralidades. A importância desse conceito é ressaltada ao considerar a conjuntura histórica das décadas de 1960, 1970 e 1980, sua aparição, digamos assim, é resgatada no início do autoritarismo de 1964.